

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.442.629 - MG (2014/0063086-8)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RECORRIDO : WELLINGTON ALCANTARA DA SILVA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto, com fundamento na alínea *a* do art. 105, III, da Constituição Federal, pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS contra acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Consta dos autos que o recorrido foi condenado, por infração do art. 121, § 2º, III, do Código Penal, a 14 anos de reclusão, em regime fechado.

Interposta apelação pelo órgão ministerial, o Tribunal de origem negou provimento ao recurso em acórdão assim ementado (e-STJ fl.1.373):

APELAÇÃO CRIMINAL - JÚRI - HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADO - PROCESSO PENAL - CONCURSO DE AGENTES - TEORIA UNITÁRIA OU MONISTA - RECONHECIMENTO DE QUALIFICADORA PARA UM DOS RÉUS E EXCLUSÃO PARA O OUTRO - NULIDADE *EX OFFICIO* - INTELIGÊNCIA DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 564 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. DE OFÍCIO, ANULADO O JULGAMENTO. Os Conselhos de Sentença, ao reconhecerem, em razão do mesmo fato, a prática de crimes diversos aos corréus, deram causa à nulidade prevista no art. 564, parágrafo único, do Código de Processo Penal, razão pela qual imperiosa a submissão do réu a novo Júri.

Os embargos de declaração do órgão ministerial não foram acolhidos, conforme acórdão de e-STJ fls. 1.403/1.411, e os da Defensoria não foram conhecidos, nos termos do acórdão de e-STJ fls. 1475/1481.

No presente recurso especial, o Ministério Público aponta violação dos arts. 29, 121, § 2º, III e IV, do Código Penal; dos arts. 480, § 1º, 484, 546, parágrafo único, 571, VIII, 593, III, *a*, todos do Código de Processo Penal.

Alega que "a condenação do réu foi legítima e resultou de pretensão

Superior Tribunal de Justiça

acolhida após o devido processo legal, como bem reconheceu o e. Tribunal do Júri da Comarca de Belo Horizonte" (e-STJ fl. 1.430).

Argumenta que o julgamento de corréu em outro tribunal do júri, que aplicou pena menor, não tem influência sobre o julgamento dos autos, haja vista que os processos haviam sido desmembrados.

Requer o "conhecimento e provimento do presente RECURSO ESPECIAL, para que seja cassada a decisão recorrida, e, como corolário, reste instado o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, no âmbito da e. Câmara Criminal, a apreciar o mérito do recurso apelatório defensivo, objetivando a preservação da decisão condenatória emanada do Tribunal Popular da Comarca de Belo Horizonte" (e-STJ fls. 1.431).

As contrarrazões foram apresentadas às e-STJ fls. 1.486/1.495.

O Ministério Público Federal se manifestou pelo provimento do recurso (e-STJ fls. 1.564/1.565).

Às e-STJ fls. 1560/1563, vieram aos autos informações de que a data para o novo júri do recorrido havia sido designada para 18/07/2014.

É o relatório.

Decido.

Consoante informações obtidas na página eletrônica do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, foi proferida sentença condenatória contra o réu em 18 de julho de 2014.

Sendo assim, com a nova condenação, há, por ausência de interesse, a perda superveniente do objeto deste recurso especial, no qual o órgão ministerial se insurge contra acórdão que havia anulado o anterior julgamento.

Ante o exposto, **julgo prejudicado o recurso especial**, com fulcro no art. 34, inciso XI, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 02 de outubro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator

